

## TERMO DE REFERÊNCIA

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE BUEIRO EM GALERIAS DE CONCRETO ARMADO PRÓXIMO AO ACESSO DA COMUNIDADE RURAL PAULO GERALDO EM BURITIZEIRO-MG.

### 1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Foi identificada a necessidade de implantação de um bueiro celular em trecho de estrada vicinal da zona rural de Buritizeiro/MG, com o objetivo de melhorar as condições de trafegabilidade ao acesso à comunidade conhecida como Paulo Geraldo, trazendo conforto e segurança para a população do local.

O objeto da contratação não consta no Plano de Contratações Anual -PCA, visto que o referido documento ainda não foi implementado neste órgão.

### 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para execução de bueiro celular em concreto armado na estrada vicinal próxima ao acesso da Comunidade Rural Paulo Geraldo, no município de Buritizeiro, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à completa execução da obra.

O ciclo de vida do objeto contempla as etapas de planejamento, mobilização, execução da obra, operação e manutenção da estrutura. Inicialmente, serão observados os projetos, especificações técnicas e demais documentos que definem as características da intervenção.

Após sua implantação, o bueiro celular passará a integrar a infraestrutura viária municipal, desempenhando a função de permitir o escoamento adequado das águas pluviais e de cursos d'água, reduzindo riscos de erosão, alagamentos e interrupções do tráfego. Durante sua vida útil, a estrutura demandará apenas inspeções e manutenções preventivas periódicas, destinadas à limpeza, desobstrução e conservação dos dispositivos de drenagem, garantindo seu desempenho e durabilidade.

A solução adotada proporciona benefícios de longo prazo, com elevada resistência estrutural, baixa necessidade de manutenção e maior segurança para os usuários da via, assegurando melhores condições de trafegabilidade e acessibilidade à população atendida. Dessa forma, a contratação atende ao interesse público ao oferecer uma solução eficiente, durável e economicamente vantajosa para a melhoria da infraestrutura de drenagem local.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório, com critério de julgamento por menor preço (por item ou lote), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A execução da obra deverá atender às disposições da Lei nº 14.133/2021, às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), às normas de segurança do trabalho, às exigências ambientais aplicáveis e às demais legislações pertinentes.

A contratada deverá possuir registro e regularidade junto ao conselho profissional competente, bem como comprovar capacidade técnico-operacional e técnico-profissional compatível com a natureza e complexidade dos serviços a serem executados.

A obra será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração Municipal, que verificará a

conformidade dos serviços executados com as especificações contratuais.

O recebimento dos serviços ocorrerá após a conclusão da obra e verificação do cumprimento integral das condições estabelecidas no contrato, projetos e demais documentos técnicos que integram a contratação.

### **3.1 Visita Técnica prévia ao local da obra**

3.1.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.

3.1.2 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. a realização da visita técnica a licitante deverá agendar antecipadamente dia e horário no Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Buritizinho de 8h às 12h, que poderá designar profissional para acompanhar o representante da empresa até o local, bem como expedirá o atestado de vistoria em nome da empresa.

3.1.3 É vedada a realização de visita técnica por mais de um representante de licitante no mesmo dia e horário. Devendo o servidor municipal responsável pelo agendamento e/ou realização da visita administrar a efetivação das visitas de modo que não haja coincidências de agenda.

3.1.4 Após a realização da vistoria, o responsável, na condição de representante legal da empresa, solicitará a emissão de CERTIFICADO DE VISITA TÉCNICA, para efeito de validação na participação do processo licitatório.

3.1.5 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.1.6 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.1.7 Não será admitida, posteriormente, qualquer alegação por parte das empresas participantes e da vencedora, de seu desconhecimento quanto às condições locais para a execução do objeto, tenham realizado ou não a vistoria.

3.1.8 É de exclusiva responsabilidade do licitante, a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da sua omissão na verificação do local de instalação e execução da obra.

#### **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

4.1 A execução do contrato terá início mediante emissão da Ordem de Serviço pela Contratante, devendo a Contratada iniciar a mobilização e os serviços em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, salvo justificativa devidamente aceita pela fiscalização.

4.2 O prazo de execução da obra será aquele estabelecido no cronograma físico-financeiro integrante do processo, contado a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

4.3 Os serviços serão executados na estrada vicinal próxima ao acesso da Comunidade Rural Paulo Geraldo, no Município de Buritizinho/MG, em conformidade com os projetos, especificações

técnicas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos que integram a contratação.

4.4 O acompanhamento e a fiscalização dos serviços ocorrerão durante o horário normal de expediente da Prefeitura Municipal, compreendido entre 07h00 e 17h00, em dias úteis, sem prejuízo da realização de inspeções extraordinárias sempre que necessário. 4.5 A execução da obra deverá observar, no mínimo, as seguintes etapas:

- Mobilização de pessoal, equipamentos e materiais;
- Implantação da sinalização provisória e medidas de segurança;
- Limpeza e preparação da área de intervenção;
- Escavações e regularização do terreno;
- Execução da fundação e infraestrutura necessária;
- Implantação do bueiro celular em concreto armado;
- Execução dos aterros e compactação das camadas de recomposição;
- Execução das estruturas complementares de proteção hidráulica e contenção, quando previstas em projeto;
- Recomposição da plataforma da via e dos acessos afetados;
- Limpeza final da obra e desmobilização;
- Entrega dos serviços para recebimento provisório e definitivo.

4.6 A Contratada deverá empregar tecnologias, equipamentos, materiais e procedimentos compatíveis com as normas técnicas vigentes, observando as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as normas de segurança do trabalho, as exigências ambientais aplicáveis e as boas práticas de engenharia.

4.7 Todos os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, utilizando equipamentos adequados às condições da obra e adotando procedimentos que assegurem a qualidade, a durabilidade e a segurança da estrutura implantada.

4.8 A seu critério, a contratante, poderá exigir a demolição para reconstrução de qualquer parte da obra/serviços, caso tenha sido executada com imperícia técnica comprovada ou em desacordo com o projeto, normas e especificações próprias e determinações da fiscalização, nos termos do artigo 119, da lei n.º 14.133/21, o que correrá inteiramente às expensas da licitante contratada.

4.9 A contratada se responsabilizará pelo fornecimento e manutenção de um Diário de Obra permanentemente disponível para lançamento no local da obra, sendo que, a manutenção, aquisição e guarda serão de sua inteira responsabilidade, além da disponibilização do diário de obra ao engenheiro fiscal da contratante responsável pela fiscalização. Devendo ser observadas as condições descritas neste documento;

4.10 Compete à Contratante:

- Emitir a Ordem de Serviço para início da execução;
- Disponibilizar os projetos, especificações e demais documentos necessários à execução da obra;
- Designar fiscal ou equipe técnica responsável pelo acompanhamento dos serviços;
- Realizar a fiscalização da execução contratual;
- Efetuar os pagamentos devidos, conforme as condições estabelecidas no contrato;
- Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades verificadas durante a execução.

4.11 Compete à Contratada:

- Executar integralmente os serviços contratados de acordo com os projetos e especificações técnicas;
- Fornecer mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e transporte necessários à execução da obra;
- Disponibilizar responsável técnico legalmente habilitado para acompanhamento dos serviços;
- Cumprir as normas de segurança, saúde ocupacional e proteção ambiental;
- Manter o local da obra devidamente sinalizado e seguro durante toda a execução;
- Corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas ou defeitos constatados pela fiscalização;
- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;
- Entregar a obra concluída em perfeitas condições de funcionamento e conforme as exigências estabelecidas pela Contratante.

4.12 A contratada se obriga a fornecer a relação de pessoal e a respectiva guia de recolhimento das obrigações com o INSS. Ao final da obra, deverá ainda fornecer a seguinte documentação relativa à obra: Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e Dívida Ativa da União; Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS e Certidão de Quitação do ISS referente ao contrato;

4.13 A contratada deverá, inicialmente, fixar no canteiro de serviços placa alusiva à obra com as dimensões exigidas na planilha orçamentária e com os dizeres e símbolos a serem determinados pela contratante;

4.14 A obra/serviços deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação devendo ser realizada uma vistoria da

obra/serviços pela contratada, antes da comunicação oficial do término da mesma, acompanhada pela Fiscalização;

4.15 Correrá por conta da licitante contratada a responsabilidade por qualquer acidente de trabalho em função da obra/serviços contratados, ainda que resultantes de caso fortuito ou por qualquer outra causa, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação da obra, até a aceitação definitiva da mesma pela contratante, bem como, pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros, oriundas da execução da obra/serviços e/ou ações ou omissões da licitante contratada, ainda que ocorram em via pública.

## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização,

que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

5.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### **Fiscalização Técnica**

5.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

5.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

5.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

5.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

5.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### **Fiscalização Administrativa**

5.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

5.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#));

A fiscalização do contrato ficará a cargo da servidor **Robson Aparecido Oliveira de Souza - CREA: MG 121477**

#### **Gestor do Contrato**

5.15 O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato

para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

5.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

5.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

5.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o

aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

5.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

6.1 Para acompanhamento, fiscalização e vistoria dos serviços, atesto das medições, e demais documentos técnicos referentes à execução do objeto, ficará designado a servidor Robson Aparecido Oliveira de Souza;

6.2 Além dos equipamentos de proteção individual e coletiva, a Contratada deverá adotar todos os procedimentos de segurança necessários à garantia da integridade física de terceiros que transitem pela obra.

6.3 A Contratada será responsável pela obediência a todas as recomendações, relacionadas à segurança do trabalho, contidas na Norma Regulamentadora NR-18, aprovada pela Portaria 3.214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no DOU de 06.07.78 (suplemento).

6.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

6.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

6.9 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

6.18 Os pagamentos serão realizados, obedecido às medições realizadas e aprovadas pela Contratante, obedecendo o programa de execução das etapas da obra, conforme estabelece o Cronograma Físico Financeiro, de acordo com os serviços efetivamente executados, e ao respectivo faturamento com apresentação da nota fiscal, onde serão discriminados os serviços executados e atesto emitido por servidor municipal designado para a fiscalização do contrato, obedecidas às condições estabelecidas no Contrato e no Edital e seus anexos.

6.19 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

6.20 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

6.21 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.24 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.25 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **7.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

7.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, com adoção do **MENOR VALOR**.

### **7.2 Forma de fornecimento**

7.2.1 O fornecimento do objeto será parcelado.

## **8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1 O valor de referência corresponde a execução da obra/serviço R\$194.351,03 (Cento e noventa e quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e três centavos).

8.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

9.2 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

**26.782.0534.3113 Fonte: 15000000 - Reduzido: 0832**

9.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Buritizeiro/MG, 12 de junho de 2026.

---

**Hemerson Marques Dos Santos**  
**Secretário Adjunto De Obras**